

portugues.larouchepub.com

EM PORTUGUÊS

Este artigo aparece na publicação de 5 de janeiro de 2024 da Executive Intelligence Review.

A CRISE ENTRE A GUIANA E A VENEZUELA: Tirar o desenvolvimento das garras da guerra

por Dennis Small

Figura 1 Guiana e Venezuela



Fonte: EIR

No início de dezembro de 2023, com a atenção do mundo voltada para o genocídio em andamento em Gaza, Londres e Washington quase conseguiram desencadear uma guerra de fronteira na América do Sul

que poderia ter terminado com o Comando Sul dos EUA estabelecendo uma base militar no território da Guiana para proteger os vastos direitos de exploração de petróleo e as propriedades da ExxonMobil na região, ao mesmo tempo lançando uma guerra para derrubar o governo esquerdista de Nicolás Maduro na vizinha Venezuela, que tem uma disputa de fronteira centenária com a Guiana, que remonta à época em que era uma colônia britânica e se chamava Guiana Britânica. Essa armadilha geopolítica foi projetada para garantir que a Iniciativa Cinturão e Rota da China seja permanentemente bloqueada em toda a região, que é a principal missão declarada do Comando Sul dos EUA e do Departamento de Estado.

A crise chegou ao ápice em um referendo convocado em 3 de dezembro pelo presidente Maduro, que pediu à população venezuelana que votasse para proclamar a região disputada de Essequibo (que está sob administração da Guiana há mais de um século) como um estado da Venezuela. O referendo foi convocado, em parte, em resposta ao fato de a Guiana ter concedido novos contratos de exploração de petróleo offshore à ExxonMobil e a outras empresas petrolíferas nas águas da costa da região de Essequibo (consulte a Figura 1). Na última década, foram encontrados depósitos muito grandes de petróleo e gás natural na costa da Guiana, estimados em 11 bilhões de barris de óleo equivalente, o que coloca a Guiana entre os 20 principais países do mundo em reservas comprovadas de petróleo. A Venezuela, por sua vez, está sofrendo os efeitos mortais da política de sanções ilegais e imorais que está sendo aplicada contra o país - e seu setor de petróleo, em particular - pelos Estados Unidos e nações aliadas.

Felizmente, uma reunião de emergência entre Maduro e o presidente da Guiana, Irfaan Ali, foi rapidamente organizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Brasil (vizinho de ambos os países) e outros líderes iberoamericanos, e foi realizada em 14 de dezembro em São Vicente e Granadinas (SVG). A reunião foi presidida pelo primeiroministro de SVG, Ralph Gonsalves, que também é o atual presidente da Comunidade

dos Países da América Latina e do Caribe (CELAC), e pelo primeiro-ministro da Dominica, Roosevelt Skerrit, presidente da Comunidade do Caribe (CARICOM). A eles se juntaram o assessor especial de política externa do presidente brasileiro Lula, Celso Amorim; os primeiros-ministros de Barbados, Mia Mottley, e de Trinidad e Tobago, Keith Rowley; e o ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Álvaro Leyva, entre outros.

A reunião terminou com um aperto de mão público entre Maduro e Ali, e uma declaração de vontade mútua de continuar o diálogo, com cada um afirmando seu compromisso com a paz. Nenhum dos dois cedeu um centímetro em suas respectivas reivindicações territoriais, mas isso não era inesperado. Na "Declaração Conjunta de Argyle para o Diálogo e a Paz entre a Guiana e a Venezuela" - que recebeu o nome do local das conversações - os dois presidentes, entre outras coisas, reiteraram "seu compromisso de que a América Latina e o Caribe permaneçam como uma Zona de Paz"; afirmaram que ambas as nações não irão, "direta ou indiretamente (...) ameaçar ou usar a força uma contra a outra em nenhuma circunstância, incluindo aquelas decorrentes de quaisquer controvérsias existentes entre os dois estados"; e afirmaram seu compromisso "com a busca da boa vizinhança, da coexistência pacífica e da unidade da América Latina e do Caribe". "

Em termos do perigo de manipulação desde o exterior, considere os comentários de 9 de dezembro do Almirante James Stavridis (aposentado), Comandante Supremo Aliado da OTAN (2009-2013), nos quais ele equiparou a Guiana à Ucrânia, afirmando:

Aumentar as forças militares dos EUA, talvez até mesmo enviar navios de guerra para os portos da Guiana - há sempre navios da Marinha e da Guarda Costeira em andamento no Caribe - é uma boa ideia. Um exercício em campo de unidades do Exército Sul dos EUA (o componente do Exército do Comando Sul) poderia ser organizado rapidamente.

A chave para deter os esforços militares dos EUA e da OTAN para usar a crise como pretexto para cravar suas garras na região fica numa seção da Declaração Conjunta que afirma que os dois presidentes

concordaram que ambos os Estados se absterão, seja por palavras ou ações, de agravar qualquer conflito ou desacordo decorrente de qualquer controvérsia entre eles. Os dois Estados cooperarão para evitar incidentes no terreno que conduzam à tensão entre eles. No caso de tal incidente, os dois Estados se comunicarão imediatamente entre

si, com a Comunidade do Caribe (CARICOM), com a Comunidade da América Latina e do Caribe (CELAC) e com o Presidente do Brasil para conter, reverter e prevenir sua recorrência.

Em outras palavras, as instituições da região devem ser a estrutura na qual a paz deve ser mantida e uma solução deve ser buscada. A declaração especificou que Gonsalves, Skerrit e Lula continuarão atuando "como Interlocutores" para as partes, com o Secretário Geral da ONU, António Guterres, como Observador. Ambos os chefes de Estado concordaram em se reunir no Brasil "nos próximos três meses, ou em outro momento acordado, para considerar qualquer assunto com implicações para o território em disputa".

Figura 2
Principais conflitos fronteiriços no mundo

Vermelho: países envolvidos em controvérsias territoriais

Amarelo: territórios disputados

Fonte: Metrocosm (https://metrocosm.com/mapping-every-disputed-territory-in-the-world/)

A reunião de 14 de dezembro, portanto, suspendeu uma crise muito perigosa, *mas não a resolveu*. Como Celso Amorim disse em uma entrevista em 18 de dezembro:

O resultado é positivo. Não tenho ilusões. Não estou dizendo que isso significa uma solução para o problema. Mas se você consegue evitar que certas questões explodam naquele momento, isso é uma vitória.

De fato, em 29 de dezembro, o navio de guerra britânico HMS Trent ancorou em Georgetown, na Guiana, em um movimento provocativo destinado a chutar sobre o tabuleiro de xadrez do SVG, sugerindo o apoio militar britânico e americano à Guiana.

A reunião do SVG deu um prazo de três meses até a próxima reunião no Brasil, quando uma solução deverá ser encontrada. Essa "solução", no entanto, não significa resolver a disputa centenária de fronteiras neste momento. A atual crise de colapso sistêmico do sistema econômico ocidental e a consequente crise de confronto estratégico global entre nações e culturas é o pior momento imaginável para que qualquer estadista pensante tente resolver as antigas disputas de fronteiras que o Império Britânico deixou latente em todas as partes do planeta. De fato, existem mais de 150 dessas disputas de fronteira, segundo algumas contagens (por exemplo, National Geographic), com as mais importantes anotadas no mapa da Figura 2.

Assim como a disputa Guiana-Venezuela, os mais perigosos desses pontos críticos geopolíticos - Israel-Palestina; Índia-Paquistão; Ilhas Malvinas/Falkland; Gibraltar - foram todos deixados para trás pelos britânicos como bombas-relógio, úteis para suas maquinações geopolíticas ao longo de décadas e até séculos.

Cortando o nó górdio

A solução necessária - para a Guiana-Venezuela e para os outros casos também - é colocar a disputa de fronteira em suspenso, com cada lado comprometido a continuar as negociações, enquanto projetos de desenvolvimento econômico conjunto em larga escala são lançados na região. Isso gerará uma situação em que cada lado compartilha um interesse comum no desenvolvimento do outro - a abordagem "ganha-ganha" que estava por trás da Paz de Vestefália de 1648 e que hoje está no centro da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) da China. Aliás, essa abordagem introduzirá o elemento decisivo do progresso e do otimismo em suas populações, o que afastará sua identidade "cão come cão" da geopolítica britânica, e a levará a promover o bem comum de todas as nações.

O papel principal terá de ser desempenhado pelo Brasil, tanto como vizinho da Guiana e da Venezuela, quanto como uma das cinco nações fundadoras do BRICS (juntamente com Rússia, Índia, China e África do Sul). Em 1º de janeiro de 2024, o BRICS foi ampliado com mais cinco membros (Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã), e há uma lista de cerca de 20 nações incluindo a Venezuela - que também solicitaram adesão. O Brasil poderia apoiar a entrada da Venezuela e patrocinar o pedido de adesão da Guiana também, seja como membro pleno ou talvez criando uma categoria intermediária de "Amigos do BRICS" que seria aplicável a muitas nações menores como a Guiana (que tem uma população de 800.000 habitantes).

O desenvolvimento conjunto de toda a região, incluindo enfaticamente os depósitos de petróleo offshore da Venezuela, da Guiana e do Suriname, seria lançado sob a liderança econômica e política do Brasil. Além de ser membro do BRICS, o Brasil anunciou que entrará para o grupo OPEP-Plus de produtores mundiais de petróleo em 1º de janeiro de 2024. E tem uma empresa petrolífera nacional, a Petrobras, que tem

capacidade e experiência de classe mundial em exploração e extração de petróleo offshore e onshore nas Américas, no sudoeste da Ásia e em outros lugares.

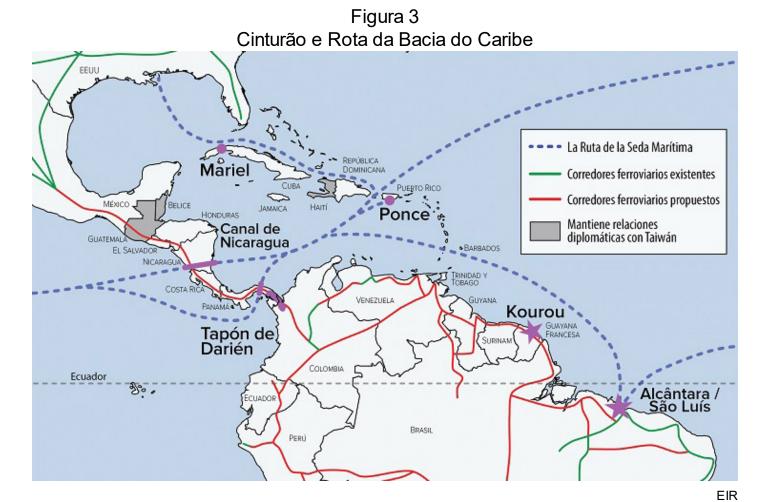
Não há necessidade de expropriar a ExxonMobil e outras holdings estrangeiras de petróleo na Guiana - desde que essas empresas cooperem com o plano de desenvolvimento regional descrito abaixo. Em vez disso, os acordos excessivamente generosos que a Guiana já assinou com a ExxonMobil e outras empresas seriam renegociados - como já ocorreu em muitas ocasiões e em muitos locais do mundo. Mais importante ainda, todas as novas concessões de exploração e extração de petróleo seriam realizadas em cooperação principalmente com a Petrobrás, com acordos que seriam justos e mutuamente benéficos para todas as partes,

ao contrário dos atuais acordos com a ExxonMobil.

Petróleo para o desenvolvimento

Os rendimentos das receitas combinadas do petróleo, mesmo em áreas disputadas, seriam reinvestidos em uma série de grandes projetos de infraestrutura que também são de natureza multinacional. Destacamos três grandes áreas que são decisivas:

(1) Corredores ferroviários de alta velocidade e bitola padrão seriam construídos em toda a costa norte da América do Sul, conectando o Brasil, a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana e a Venezuela - e continuando de lá para a Colômbia, atravessando o Darien Gap, e para a América Central e o México (veja a Figura 3).



O Brasil já anunciou que dará prosseguimento a cinco projetos regionais de construção de estradas que custam cerca de US\$ 10 bilhões, incluindo um que conecta o norte do Brasil com a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana e a Venezuela. Isso é útil, mas é necessário muito mais do que rodovias: somente a ferrovia de alta velocidade oferece o tipo de conectividade que a BRI exige.

A rota ferroviária proposta na costa norte da América do Sul segue aproximadamente a rota das rodovias existentes e dos projetos de rodovias futuros na região. Em todos os casos, será necessário construir pontes sobre rios fronteiriços onde não há nenhuma atualmente, e as áreas onde as fronteiras são disputadas também terão de ser atravessadas - uma condição que, de fato, se aplica a todas as fronteiras: Venezuela-Guiana. Guiana-Suriname e Suriname-Guiana Francesa, Além disso, um ramal sul de Georgetown, na Guiana, para Boa Vista e Manaus, no Brasil, também será construído, para ligar a área costeira ao coração da Amazônia - Manaus é um importante porto interior no Rio Amazonas. Um ramal semelhante pode ser considerado para conectar Paramaribo, Suriname, a Santarém, Brasil.

Não é preciso dizer que a China é o parceiro óbvio na construção dessa ferrovia de alta velocidade.

(2) O rápido desenvolvimento dos poderes produtivos da força de trabalho em países cujas economias são hoje em grande parte extrativistas (por exemplo, Guiana e Suriname) será alcançado por uma série de projetos relacionados. Por exemplo, haveria o desenvolvimento de capacidades de processamento de metais downstream de alto valor agregado nesses países - como a transformação de bauxita em alumina e depois em alumínio - juntamente com a infraestrutura necessária para dar suporte a isso, incluindo ferrovias, geração e transmissão de eletricidade, plantas de processamento

industrial etc. Com o passar do tempo, atividades industriais mais avançadas de metalurgia seriam desenvolvidas, juntamente com a mão de obra doméstica qualificada necessária para dar suporte a essas atividades. Essa mesma abordagem se aplica às nações insulares do Caribe com características semelhantes, como Trinidad e Tobago, Jamaica e Barbados.

A Guiana, principalmente exportadora de matérias-primas, é um caso exemplar de uma vítima das políticas extrativistas coloniais. Sua economia é altamente dependente das exportações de bauxita e ouro, bem como de arroz e açúcar - e agora, é claro, de petróleo. A Guiana já teve uma ferrovia costeira, mas ela foi abandonada na década de 1970. Da mesma forma, o principal projeto da Hidrelétrica das Cataratas de Amaila, que deveria ter sido construído por empresas chinesas, foi primeiro suspenso pelo novo governo guianense em 2015, e depois cancelado em 2018, depois que a China Rail Construction Corporation já havia concluído a estrada de acesso, as pontes e outras infraestruturas do local. O projeto deveria ter sido a primeira grande usina hidrelétrica da Guiana, triplicando a quantidade de eletricidade disponível atualmente. Ela deveria estar localizada a cerca de 250 quilômetros a sudoeste de Georgetown, a capital, no rio Kuribrong.

A abordagem que deve ser adotada para o desenvolvimento de nações produtoras de matérias-primas, como a Guiana, pode ser chamada de "Modelo Mutún". Isso se refere aos acordos firmados entre a China e a Bolívia para desenvolver os enormes depósitos de minério de ferro (e manganês) da Bolívia em Mutún, no canto sudeste do país, e para incluir enfaticamente o processamento posterior, incluindo o estabelecimento da primeira capacidade de produção de aço do país. O sonho da Bolívia sempre foi usar seus importantes recursos naturais para alavancar seu próprio desenvolvimento industrial

avançado, mas durante décadas o controle dos interesses financeiros internacionais se recusou a permitir isso. Agora, com a participação da China, isso ocorrerá. Eventualmente, a Bolívia se tornará um exportador de aço, após a conclusão da segunda fase do projeto, incluindo a construção das capacidades logísticas necessárias para a exportação (estradas, pontes, ferrovias e infraestrutura portuária).

A ampla disposição da China de participar de tais projetos em toda a região ficou clara no "Documento de Política sobre a América Latina e o Caribe" emitido pelo governo chinês em 24 de novembro de 2016, que afirma:

A China deseja expandir e aprofundar a cooperação nas áreas de energia e recursos com os países da América Latina e do Caribe com base no princípio da cooperação ganhaganha e do desenvolvimento sustentável.... A cooperação será estendida às indústrias downstream, como fundição, processamento, comércio logístico e fabricação de equipamentos, de modo a melhorar o valor agregado dos produtos... o que abrangerá toda a cadeia industrial, de modo que os dois lados possam se complementar, aumentar o emprego local, elevar o nível de industrialização e promover o desenvolvimento econômico e social local.

Ciência espacial

(3) Outra área crítica de concentração da perspectiva de desenvolvimento proposta para o Cinturão e Rota da Bacia do Caribe é a promoção de lançamentos espaciais coordenados e outras atividades de ciência espacial nos dois locais de lançamento existentes mais próximos da linha do Equador do planeta: o local da Agência Espacial Europeia em Kourou, Guiana Francesa, e o local da Agência Espacial Brasileira em Alcântara, Brasil. Essas devem se tornar as atividades avançadas de ciência que atraem a

força de trabalho de toda a região para sua órbita.

O documento de política da China de 2016 também anunciou:

A China explorará ativamente a expansão de sua cooperação com os países da América Latina e do Caribe em campos de alta tecnologia, como indústria da informação, aviação civil, energia nuclear civil e energia nova, para construir mais laboratórios conjuntos, centros de P&D e parques de alta tecnologia, apoiar empresas inovadoras e instituições de pesquisa de ambos os lados para realizar intercâmbios e cooperação, e promover pesquisa e desenvolvimento conjuntos.... A China dará total atenção ao papel da tecnologia espacial como uma força motriz para o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial dos países da América Latina e do Caribe, e promoverá o desenvolvimento sustentável em ciência e tecnologia e nos campos econômicos.

A Venezuela e a Guiana, juntamente com o Suriname e as ilhas vizinhas do Caribe, como Trinidad e Tobago, têm uma localização geográfica ideal para participar de um renascimento dos lançamentos espaciais e das atividades científicas espaciais relacionadas que devem ocorrer nos locais de lançamento da Agência Espacial Brasileira em Alcântara e da Agência Espacial Europeia em Kourou, na Guiana Francesa. Este último está localizado a apenas 5,3 graus (575 km) ao norte do Equador; o primeiro está ainda mais próximo, a 2,3 graus (267 km) ao sul do Equador. As vantagens significativas dessas localizações para o lançamento de satélites em órbita geoestacionária são bem conhecidas. Suas localizações costeiras são outra vantagem significativa.

O centro de Kourou é o local de lançamento do programa espacial da União Europeia, bem como de alguns lançamentos russos - exatamente o tipo de cooperação internacional necessária. O centro de Alcântara, entretanto, tem enfrentado vários problemas. Em 22 de agosto de 2003, uma tentativa de lançamento de um foguete VLS-1 terminou de forma trágica, com uma explosão que matou 21 técnicos brasileiros. No entanto, o Brasil se recuperou e lançou com sucesso seu primeiro foguete ao espaço pouco mais de um ano depois e, posteriormente, realizou vários lançamentos bem-sucedidos. No entanto, restrições orçamentárias e afins também limitaram seu desenvolvimento. O Brasil estabeleceu uma forte relação de trabalho com a Ucrânia para lançamentos a partir de Alcântara, mas isso também sofreu com a "revolução colorida" naquele país.

No entanto, um esforço internacional conjunto nessa área de ciência avançada - no qual a China e o BRICS também estão bem posicionados para participar e ajudar - é crucial para fornecer um impulsionador de ciência para todas as nações da América do Sul e da Bacia do Caribe.

Crédito para o desenvolvimento

As receitas do petróleo geradas na região podem ser usadas para lançar um fundo de investimento para fornecer crédito para os projetos acima. Como são necessários fundos adicionais, acima e além das receitas do petróleo geradas diretamente, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS é adequado para atender a essa necessidade.

Sob a liderança da ex-presidente brasileira Dilma Rousseff, o NBD intensificou os empréstimos aos países membros do BRICS e a outros países do Sul Global, incluindo empréstimos em moedas locais. Nesse caso, uma carteira de créditos em yuans chineses e reais brasileiros poderia ser montada para financiar os projetos acima, especialmente porque a maioria das empreiteiras serão empresas chinesas, brasileiras e de outras regiões.

À medida que os BRICS-10 assumem a tarefa, em 2024, de não apenas desdolarizar ainda mais suas atividades comerciais e de investimento, mas também de elaborar uma nova arquitetura financeira para substituir o atual sistema falido - incluindo uma nova moeda comum para facilitar o investimento produtivo de longo prazo -, a perspectiva de desenvolvimento conjunto Guiana-Venezuela oferece exatamente o tipo de expansão ambiciosa da atividade do NBD que muitas nações do BRICS estão procurando.

Ver no telefone



Para informação adicional, enviar email a <u>preguntas@larouchepub.com</u>